Projeto que prevê aumento real no Salário Mínimo Regional é aprovado em 2º turno

Alep

A proposta que prevê aumento real no Salário Mínimo Regional no Estado do Paraná a partir de 2023 avançou na Assembleia Legislativa do Paraná na sessão plenária da terça-feira (13). Aprovado em segundo turno de votação, o projeto de lei 523/2022, do Poder Executivo, prevê que a regra de reajuste salarial do Estado fixada pelo projeto terá vigência até 2026. A proposta ainda determina que os pisos salariais deverão ser reajustados anualmente, sendo aplicados para o período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Segundo o Governo, de acordo com as projeções realizadas pelo Observatório do Trabalho do Paraná, composta por economistas e técnicos do Departamento de Trabalho da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho (Sejuf), com as regras aprovadas o Salário Mínimo Regional poderá chegar a R$ 1.804,30 na menor faixa e R$ 2.071,72 na maior.

O texto da matéria determina que o valor será calculado a partir da combinação de dois fatores. Na parte do piso regional correspondente ao Salário Mínimo Nacional (atualmente em R$ 1.212,00) será aplicado o mesmo índice de reajuste definido pelo governo federal, que sinalizou para um aumento acima da inflação para 2023, atendendo, assim, algumas reivindicações colocadas pelos representantes do setor produtivo.

Na parte restante, referente à diferença entre os mínimos nacional e estadual (atualmente de R$ 405 na menor faixa e R$ 658 na maior), o reajuste vai levar em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2022, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A matéria passou com uma emenda de plenário que reforça, entre outros pontos, que a deliberação sobre a alteração da política de valorização do piso salarial do Estado do Paraná terá a participação dos representantes dos trabalhadores, patronais e governamentais; e a decisão de discussão e deliberação deverá ser tomada por consenso, conforme estabelecido no Regimento Interno do Conselho Regional do Trabalho e Renda (CETER).

O Salário Mínimo Regional é uma referência para a negociação das categorias sindicalizadas e uma garantia para aquelas que não têm sindicato ou acordos e convenções coletivas de trabalho. Ele vale exclusivamente para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

No Legislativo, vice-prefeita de PB defende criação de Secretaria voltada para mulheres

Com informações de atuação, formação de equipe e impactos financeiros, Angela buscou mostrar a importância da nova pasta para o município

Marcelo Coan
marcelo@diariodosudoeste.com.br

Convidada pelos vereadores Eduardo Dala Costa (MDB), Lindomar Brandão (PP), Marcos Marini (Podemos), Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) e Romulo Faggion (União Brasil), a vice-prefeita de Pato Branco, Angela Padoan, ocupou o espaço para convidados na última sessão ordinária do Legislativo pato-branquense, na segunda-feira (12). O objetivo foi prestar informações relativas ao projeto de lei nº 181/2022, de sua autoria, que institui a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres no município de Pato Branco, alterando e acrescentando dispositivos à Lei nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo do município de Pato Branco.

Angela começou falando que a discussão em torno da questão é importante e necessária, pois o município passa por um constante processo de crescimento e desenvolvimento. Segundo ela, a proposta da criação da nova Secretaria é norteada por um manual da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal.

Segundo a vice-prefeita, o objetivo do projeto é contemplar, entre outros fatores, a valorização, a capacitação, o incentivo e o acolhimento das mulheres. "Esse é um projeto despido de qualquer interesse

ASSESSORIA CÂMARA PB



Com a fala da proponente, vice-prefeita Angela Padoan, projeto deve retornar ao trâmite Legislativo em 2023

pessoal, partidário ou comum. Esse é um projeto de interesse do município de Pato Branco", defende.

Após argumentar e defender a proposta, Angela lembrou que, tanto prefeito e vice, quanto vereadores, são passageiros, mas as ações em prol da comunidade fazem parte do dever como servidor. "A posição que estamos hoje é de servir", emendou justificando que a estrutura proposta para a Secretaria é enxuta. Segundo ela são quatro cargos, o suficiente para fazer um diagnóstico e ser assertivo nos projetos e ações. Ela condiciona o crescimento da pasta de acordo com o surgimento de demandas. Sobre os impactos financeiros que a nova estrutura pode causar, Angela afirma que o estudo orçamentário aponta para algo em torno de 0,25% do orçamento. "É algo viável", entende.

Presidente da Comissão de Justiça e Redação (CJR) e relator do projeto em questão, o vereador Romulo Faggion (União), disse que o convite a vice-prefeita foi oficializado, pois surgiu algumas dúvidas em relação a pauta. Segundo ele, em torno de cinco emendas serão apresentadas pela comissão. Ambas por questões de técnica legislativa. Apesar das observações, o vereador endossou o posicionamento de outros pares concordando que a nova Secretaria é importante para o município.

Em trâmite na Casa de Leis, o projeto deve seguir o rito Legislativo em 2023. O presidente da mesa diretora, Claudemir Zanco (PL), disse que, ao deixar a presidência da mesa no final desse exercício, volta a fazer parte da CJR e vai solicitar uma audiência pública para tratar do assunto. "É o momento único para nós debater qual será a função da Secretaria da Mulher na cidade de Pato Branco e qual o papel que ela vai exercer para atender as demandas. Já deu para sentir que a Secretaria será criada com apoio total da Casa. Nós só vamos melhorar um pouco o objeto da Secretaria", adianta.

Tupy é eleito presidente da Câmara de Francisco Beltrão

Assessoria

Durante a sessão ordinária desta terça-feira (13), o Legislativo de Francisco Beltrão realizou a eleição da nova mesa diretora para o biênio 2023/24. Dos 13 vereadores, três receberam votos. O vereador Tupy Prolo (PP) recebeu 11 votos, Cidão (PSB) obteve um voto e Silmar Gallina (PSDB) também obteve um voto. As demais cadeiras da mesa serão ocupadas pelo vereador Júnior Nesi (PSDB), vice-presidente; Ronaldo Bizotto (PP), primeiro secretário e Jean Emiliano (MDB), segundo secretário.

Tupy já foi presidente da Câmara Municipal de Vereadores nos anos de 2007 e 2008 e candidato à presidência em 2020, quando não foi eleito. Após a eleição, Tupy lembrou dos vereadores que já o apoiaram em 2020 e mantiveram os votos em 2022, somando-se aos outros cinco. "Quero agradecer os votos dos colegas vereadores que me conduziram ao cargo, mas quero dizer para a nossa população que a presidência da Casa só reforça nosso compromisso com Francisco Beltrão. Não me apego à cargos. Conduzirei a Câmara, mas continuarei sendo o amigo do povo, ligado ao esporte e a todas as causas que sempre defendi no Legislativo", disse o presidente eleito.

Oportunamente ele também parabenizou os demais membros eleitos para a mesa diretora. "Conto com meus colegas de mesa para conduzir o nosso Legislativo pelos próximos dois anos, bem como com todos os componentes da nossa Câmara. Sei que são vereadores competentes e espero que ao fim da nossa gestão a avaliação também seja positiva, como está sendo do presidente Quintino, o qual esteve a frente do Legislativo nesses dois primeiros anos, a quem também parabenizamos e agradecemos pela parceria", finalizou.

Os membros da nova mesa diretora tomam posse automaticamente no dia primeiro de janeiro de 2023. A sessão desta terça-feira foi a última atividade ordinária do ano. A volta das sessões está programada para o dia 6 de fevereiro.



Zucchi é eleito conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná

Assessoria

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) elegeu em sessão especial realizada na quarta-feira (14) o ex-prefeito e ex-deputado Augustinho Zucchi para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Zucchi recebeu 46 votos favoráveis e dois votos contrários. Seis parlamentares estavam ausentes. O novo conselheiro assume a vaga após a indicação do governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Junior (PSD). Zucchi passa a ocupar o posto deixado pelo ex-conselheiro Nestor Baptista.

Durante seu discurso antes da votação, Zucchi lembrou seu período como deputado estadual. "É um privilégio e honra voltar a esta tribuna. Há 10 anos eu deixei este plenário. Passei bons momentos da minha vida nesta Assembleia Legislativa. Sei que muitos questionam a política. Sinceramente, acho que isto merece uma análise um pouco mais profunda, especialmente o Legislativo. Ele é a caixa de ressonância da sociedade. Vossas excelências podem conviver com o contraditório, com diferentes ideias e culturas, que se transforma na riqueza do debate. O Legislativo é sustentáculo da sociedade", disse.

ORLANDO KISSNER/ALEP



Entre outros cargos, Zucchi foi deputado estadual por cinco mandatos, prefeito de Pato Branco por duas vezes e em 2022 assumiu a Sedu

O novo conselheiro do Tribunal de Contas também agradeceu a indicação do governador, Carlos Massa Ratinho Junior, e pediu o voto dos parlamentares. Zucchi reafirmou que a experiência adquirida no Legislativo, na prefeitura de Pato Branco e na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (Sedu) oferecem o conhecimento para assumir o cargo. "Além das regras da legislação, precisamos entender que o Tribunal de Contas, por ser órgão auxiliar dessa Casa, pode colaborar com o Legislativo para estabelecer regras internas e normas para melhorar o desempenho dos agentes públicos, sempre de acordo com os preceitos da Lei", afirmou.

A escolha ocorreu após o nome do novo conselheiro do Tribunal de Contas ter sido aprovado em reunião de uma Comissão Especial da Assembleia, quando foi sabatinado por parlamentares na última segunda-feira (12). Com a apresentação do relatório favorável à aprovação do ex-deputado para a vaga, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSD), convocou a eleição para esta quarta-feira.

Votação

Devido à ausência, não votaram a deputada Cantora Mara Lima (Republicanos), e os deputados, Goura (PDT), Nelson Justus (União Brasil), Coronel Lee (DC), Ricardo Arruda (PL) e Luiz Carlos Martins (PP). Após a apuração, feita pelos líderes da Oposição e do Governo, deputados Arilson Chiorato (PT) e Marcel Micheletto (PL), respectivamente, o presidente da Alep decretou a aprovação. "A Assembleia Legislativa do Paraná aprova o nome de Augustinho Zucchi para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas", anunciou Traiano. Após o anúncio do resultado, o presidente colocou em votação o projeto de Decreto Legislativo nº 12/2022, indicando o nome do candidato eleito para ocupar a vaga de conselheiro. O decreto foi aprovado com 44 votos favoráveis.

Manifestações

Após terem chancelado o nome de Zucchi para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas, muitos deputados estaduais se manifestaram sobre a escolha. Adelino Ribeiro (PSD), por exemplo, afirmou que o Paraná estará bem representado no TCE. Nereu Moura (MDB) recordou a trajetória do eleito e elogiou o escolhido. O deputado Guto Silva (PP) afirmou que a escolha fortalece as instituições. Para o primeiro secretário da Assembleia, deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD), o novo conselheiro vai honrar a posição. Reichembach (PSD) recordou a trajetória do eleito. "Fiz questão de vir aqui para dizer que conheço sua história. É uma pessoa determinada e do diálogo, então é com muita satisfação que dou este voto de confiança". Na visão do deputado Artagão Junior (PSD), Augustinho Zucchi possui todos os atributos para assumir o posto.

Na última sessão ordinária, vereadores elegem comissão de representação para atuar no recesso Legislativo

Marcelo Coan
marcelo@diariodosudoeste.com.br

O Legislativo pato-branquense realizou, na segunda-feira (12), a última sessão ordinária do ano. Além de discutir e votar, em segundo turno, o projeto de lei 185/2022, o qual estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco para o exercício financeiro de 2023, os vereadores formaram a comissão de representação.

Composta pelos vereadores Claudemir Zanco (PL), Dirceu Boaretto (Podemos), Joecir Bernardi (PSD), Lindomar Brandão (PP) e Rafael Celestrin (PSD), como membros, e o vereador Eduardo Dala Costa (MDB), como presidente, a comissão terá a responsabilidade de analisar projetos recebidos em regime de urgência e conduzir os trabalhos, caso seja necessária a convocação de sessões extraordinárias, durante no período de recesso Legislativo, de 16 de dezembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023.

O projeto que tratava da reforma do Regimento Interno foi retirado de pauta. A decisão foi consenso entre os pares da Casa de Leis. As emendas também não foram discutidas e votadas. Em cumprimento ao regimento interno, o presidente da mesa diretora também convocou os vereadores para uma sessão especial, na sexta-feira (16), onde será eleita a mesa diretora para o exercício 2023.

Avaliação

Em seu último discurso como presidente da mesa diretora, Zanco falou do trabalho e fez uma avaliação do período. Começou afirmando que, na condição de presidente da Casa de Leis, deixou as vontades de vereador de lado. Segundo ele, o trabalho foi pautado na defesa do Legislativo. "Nós terminamos o ano 2022 como a 12ª Câmara em portal de transparência no Estado do Paraná". De acordo com ele esse avanço é resultado de um esforço da estrutura administrativa do Legislativo.

Citando que a presidência da Casa é o terceiro maior cargo dentro do município, ficando atrás de prefeito e vice-prefeito, Zanco observou que se trata de uma função de excelência, de compromisso e de desafios. "Se esses dois outros falharem, é o presidente da Câmara que assume", explicou.

Numa espécie de prestação de contas, Zanco citou, entre outras questões, a realização da semana orçamentária, a elaboração do projeto para reforma e reestruturação do plenário e demais ambientes do Legislativo, devolução de aproximadamente R$ 5 milhões ao município, alteração do horário de atendimento, adequação da gratificação dos servidores e criação do projeto Fiscaliza Pato Branco.

Paralelo a isso, Zanco registrou a produção da Casa. Segundo ele no ano de 2022 tramitou na Casa de Leis 207 projetos de leis, seis projetos de lei complementar, dois projetos de decreto Legislativo, seis projetos de resolução, 11 balancetes financeiros, 83 emendas, dois vetos, 178 pareceres e 1015 requerimentos. Junto a isso registrou que houve a criação de uma comissão processante, duas comissões especiais de inquérito e o registro de 3450 protocolos.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM PATO BRANCO

Assistente administrativo (PCD)
Auxiliar de expedição
Auxiliar de linha de produção
Balconista de lanchonete
Calceteiro
Costureira em geral
Eletricista auxiliar
Fiscal de loja
Lavador de veículos
Monitor agrícola
Operador de lojas

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

Legislativo de Mariópolis entrega moção de aplausos ao padre Irineu Caus

Assessoria

A Câmara de Vereadores de Mariópolis entregou, na sessão de segunda-feira (12), a moção de aplausos ao padre Irineu Caus. A honraria foi concedida em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na Paróquia, especialmente pelos cuidados com a saúde espiritual da comunidade, pelo empenho na organização administrativa e pelas reformas e construções realizadas na Paróquia São Francisco de Sales.

DIVULGAÇÃO



Moção foi entregue na segunda-feira

A justificativa diz que o padre "trouxe para todos os mariopolitanos católicos uma espiritualidade única e sem igual. Participativo e colaborador ele tem em sua essência a humildade e a fé. Seu tempo em Mariópolis, embora tenha sido breve, foi marcado por momentos que ficarão registrados para sempre".

O padre Irineu ficará no município até o final de janeiro de 2023.